

19 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Luiz Fachin

enfrenta

hoje plenário

do Senado

Advogado indicado por Dilma ao Supremo tem dia decisivo após sabatina de 11 horas

Isadora Peron | BRASÍLIA

O Palácio do Planalto tenta hoje aprovar no Senado a indicação do advogado e professor Luiz Edson Fachin para assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. Apesar de o cenário ser otimista, o governo busca garantir quórum alto na votação. São necessários pelo menos 41 votos dos 81 senadores para ele ser aprovado.

Um dos maiores obstáculos para a indicação da presidente Dilma Rousseff é o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Em rota de colisão com o Planalto desde o início do ano, o peemedebista tem articulado a derrota de Fachin. Como a votação é secreta, o risco existe.

Para evitar transparecer sua articulação, Renan já avisou que vai consultar o plenário para decidir em que momento colocar o nome de Fachin em votação. Líderes da base vão trabalhar para que a votação seja realizada antes de a Medida Provisória 665, que altera regras de acesso a benefícios trabalhistas, começar a ser analisada. Como essa é uma questão polêmica, há receio de que a discussão se alongue e o plenário fique esvaziado.

Apesar do clima de instabilidade, senadores da base aliada mostravam otimismo ontem e

calculavam que o jurista poderia conquistar o voto de até 55 senadores. “O balanço é que há votos suficientes para aprová-lo”, disse o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

Críticas. Aos 57 anos, o gaúcho Fachin fez carreira no Paraná e foi indicado por Dilma para STF há cerca de um mês – no dia 14 de abril – para a vaga de Joaquim Barbosa. Desde então, tem tentado se defender de uma série de críticas (*mais informações no quadro ao lado*). Para isso, contratou uma equipe de assessoria de imprensa e lançou uma campanha nas redes sociais para tentar esclarecer, com vídeos, as polêmicas em torno de seu nome. Também fez questão de se apresentar pessoalmente aos 81 senadores. Não foi recebido por quatro deles, que deram como desculpa incompatibilidade de agendas.

Na semana passada, Fachin foi submetido a uma sabatina demorada, de quase 11 horas. Foi uma das mais longas da história. Ao fim dos questionamentos, recebeu o voto de 20 dos 27 integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. / COLABORARAM DAIENE CARDOSO, RAFAEL MORAES MOURA, RICARDO BRITO, RICARDO DELLA COLETTA e TÂNIA MONTEIRO

CONTINUA

Indicação de **Luiz Fachin** para o Supremo será votada hoje no Senado; na semana passada o jurista foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Casa por 20 votos favoráveis e 7 contrários

Como funciona

A aprovação é em maioria absoluta. O indicado tem de ser aprovado por

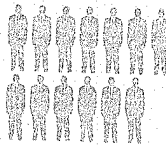
41 dos **81** senadores, em votação secreta e nominal

A posição das principais bancadas

PMDB
17
senadores

Há dúvidas sobre como o partido, que tem a maior bancada, vai se comportar na votação. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), promoveu uma campanha nos bastidores para derrotar Fachin

PT
13
senadores



Partido da presidente Dilma Rousseff, assim como outras legendas da base aliada, é favorável à indicação de Luiz Fachin para a Corte

PSDB
11
senadores

O partido da oposição, assim como o DEM, é contrário à indicação do jurista. No entanto, o senador tucano Álvaro Dias (PR) tem feito campanha pela aprovação de Luiz Fachin

As posições do jurista

MST e movimentos sociais
Fachin assina artigo de 2003 segundo o qual "a reforma agrária sempre foi postergada pelas pressões espúrias de forças conservadoras". O texto diz que o tema "sempre volta à agenda do País", o que se deve, "em grande medida, à legítima pressão que os trabalhadores rurais sem-terra vem exercendo sobre o governo e a sociedade, através de uma atuação organizada e disciplinada, e também – por que não dizê-lo? – através das ocupações pacíficas"

O QUE ELE DISSE NA SABATINA
“O sistema a que nós devemos obediência no Brasil é aquele que prevê a propriedade como um direito fundamental e ressalva a propriedade produtiva – isso está dito na Constituição. Os imóveis suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, excluídas todas as exclusões que estão na Constituição, precisam ser objeto de desapropriação prévia e justa. E o texto da Constituição – quer alguns gostem ou não, isso é um direito”

Partidarismo

Em 2010, Fachin apareceu em vídeo, postado na internet, em que pede votos para a então candidata Dilma Rousseff no 2º turno da eleição. Ele lê um manifesto de juristas em apoio à petista e faz críticas aos governos tucanos. “O governo que queremos é o governo que preservou as instituições democráticas e jamais transigiu com o autoritarismo. Um governo que não tentou, casuisticamente, alterar a Constituição para buscar um novo mandato”, diz o advogado no vídeo

O QUE ELE DISSE NA SABATINA

“Não tenho nenhuma dificuldade, caso, eventualmente, venha a vestir a toga do STF, em apreciar e julgar qualquer partido político. Seja ele de que espectro ideológico ou programático for. Abona esta percepção o que já se passou com alguns ministros no Supremo. Para a vaga na qual neste momento eu estou indicado, tivemos o ilustre ministro Joaquim Barbosa, que, ao que me consta, chegou a dizer que havia votado neste ou naquele candidato”

Poligamia

Outro ponto de resistência ao nome do jurista Luiz Fachin envolve temas ligados à família. O fato de ele, como advogado, já ter defendido a extensão de direitos, como o pagamento de pensão alimentícia, a amantes é visto como um incentivo à poligamia. Ele também é autor do prefácio do livro *Da Monogamia – A sua Superação como Princípio Estruturante do Direito de Família*, que relativiza a monogamia. Em seu texto, ele fala em “superação do princípio monogâmico”

O QUE ELE DISSE NA SABATINA

“Do ponto de vista dos princípios constitutivos da família, temos, na Constituição, a família como base do Estado, a família como base da sociedade. Eu acredito nos projetos familiares que se perenizam e tenho a impressão de que a minha vida possa ser um exemplo do que o que eu estou dizendo não é retórica. Agora, nessa medida, há, portanto, um texto constitucional. E, portanto, nesse texto constitucional, não me parece que haja a defesa da poligamia”

19 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Atuação profissional

Fachin é questionado por ter exercido dupla atividade no Paraná de 1990 a 2006, quando foi procurador do Estado e advogado ao mesmo tempo. Nota do Senado aponta irregularidade, já que ele fez concurso público em 1989, mas tomou posse em 1990, após edição da Constituição Estadual de 1989 que proíbe a prática. Já outra nota técnica da Casa não vê problemas, sob o argumento de que a dupla função tem amparo na Constituição Federal

O QUE ELE DISSE NA SABATINA

“ Indaguei ao procurador-geral do Estado se esta circunstância já significava a vedação da advocacia. Não tenho registro escrito, mas o procurador disse que a resposta está no decreto de nomeação. Me fiz acompanhar dessa anotação da carteira (da OAB), me fiz acompanhar do meu decreto de nomeação e me fiz acompanhar de uma emenda constitucional. Para minha consciência, é uma companhia que me acalma a alma nesses anos todos”

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Jurista gera 'armistício' na política paranaense

●pela mesma causa

“Fachin tem uma carreira reconhecida (...) Ele tem grande sensibilidade social”
Tadeu Veneri (PT)

LÍDER DA OPOSIÇÃO NA ASSEMBLEIA

“Temos que ser bairristas. Se não for o Fachin, vai ser um outro tão radical quanto ele”
Pedro Lupion (DEM)

DEPUTADO DA BANCADA RURALISTA



Quando o assunto é a indicação de Luiz Fachin, adversários políticos no Estado deixam de lado a acirrada disputa local

Ricardo Chapola

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Na terça-feira, enquanto o advogado Luiz Edson Fachin, indicado a ministro do Supremo Tribunal Federal, era sabatinado no Senado, líderes da oposição e da situação na Assembleia Legislativa do Paraná batiam boca sobre a ação da polícia militar, chefiada pelo governador Beto Richa (PSDB), no protesto que no fim de abril deixou cerca de 200 pessoas feridas – a maioria professores.

Na saída do plenário, questionados pelo **Estado**, os mesmos deputados que, minutos antes, discutiam na tribuna, deixaram de lado as divergências para defender a indicação de Fachin.

Nas últimas semanas, o tema Fachin foi o único capaz de gerar um armistício no conflagrado cenário político paranaense.

“Ele nunca teve militância política”, disse o líder do governo, deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB), ao comentar críticas que foram feitas ao jurista, o relacionando ao PT. Fachin gravou vídeo em 2010 em apoio à eleição de Dilma Rousseff para a Presidência. “(O ministro)

Gilmar Mendes já fez várias declarações contundentes em favor do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E isso também não o desabona”, afirmou o líder da oposição na Casa, deputado Tadeu Veneri (PT).

O Estado vive uma disputa política acirrada desde o fim do ano passado, quando Richa – já governador reeleito – apresentou um pacote de ajuste fiscal. Uma das propostas previa a mudança das regras de pagamento do fundo de previdência estadual. A medida descontentou várias categorias de servidores públicos, dentre elas o Sindicato dos Professores, ligado à CUT e ao PT. Após o ato violento contra professores, gritos de “Fora, Beto Richa” invadiram as manifestações de rua na capital paranaense e até o jogo da final do campeonato estadual de futebol.

Além da campanha a favor, no dia da sabatina de quase 11 horas no Senado o indicado pela presidente petista para o STF foi acompanhado em Brasília pelo próprio governador tucano. Richa tem atuado na linha de frente da defesa de Fachin, tentando romper resistências dentro do PSDB.

‘Bairristas’. O argumento mais usado pelos políticos paranaenses para defender o jurista é simples: o bairrismo. Há mais

de 100 anos o Paraná não tem um representante no STF. O último – e único – foi Ubaldino do Amaral Fontoura, entre 1894 e 1896. Apesar de não ser paranaense de fato, Fachin, que é gaúcho, construiu sua carreira

jurídica no Estado, onde ganhou projeção após atuar como procurador e depois assumir uma cadeira na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“Temos que ser bairristas. Se não for o Fachin, vai ser um outro tão radical quanto ele”, disse o deputado Pedro Lupion (DEM), membro da bancada ruralista, pertencente à base aliada de Richa. O jurista vem sendo atacado por representantes da bancada ruralista no Congresso por supostamente ter vínculos com o Movimento dos Sem Terra (MST).

Antes de ser procurador do Estado – no início dos anos 1990 –, Fachin advogou para o antigo Instituto de Terras e Cartografia – hoje Instituto Ambiental do Paraná. Como professor da UFPR, ele ajudou a criar uma turma especial composta por assentados, quilombolas e membros de outros movimentos. A iniciativa fazia parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, do governo federal.

19 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Judiciário pressiona por aumento ainda em 2015

Lewandowski trata como 'apenas uma proposta' tentativa do governo de adiar reajuste, cujo impacto orçamentário é estimado em R\$ 1,5 bilhão

Ana Fernandes

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, tratou ontem como "apenas uma proposta" a tentativa do governo de adiar para 2016 o reajuste do Judiciário previsto para este ano e disse defender uma "recomposição das perdas salariais de forma emergencial" para os servidores da Justiça. A proposta de aumento, já aprovada pela Câmara, está em discussão no Senado e teria impacto de R\$ 1,5 bilhão nas contas públicas em pleno ano de ajuste fiscal.

Como o Estado informou no sábado, a base do governo no Senado articula um acordo para adiar para janeiro a elevação salarial no Judiciário. O senador petista Walter Pinheiro (BA) disse aceitar relatar o projeto na Casa, desde que os sindicatos da categoria e o Supremo concordem com a medida, em função do esforço fiscal para reduzir despesas. Ontem, Lewandowski afirmou que o Judiciário não é insensível ao momento de ajuste, mas indicou que vai pressionar para pelo menos parte desse aumento salarial ser pago ainda em 2015.

"Existe uma contraproposta, sim (*do governo*), de que eventualmente a primeira prestação deste plano de cargos e salários se dê apenas em janeiro de 2016, mas é apenas uma proposta. Outra proposta que estamos negociando com o Executivo e com o Legislativo é uma recomposição das perdas salariais de forma emergencial", disse o presidente do Supremo após um evento na capital paulista.

Conta salgada

"Há uma contraproposta, sim, de que eventualmente a primeira prestação deste plano de cargos e salários se dê apenas em janeiro de 2016, mas é apenas uma proposta. Outra proposta que estamos negociando com o Executivo e com o Legislativo é uma recomposição das perdas salariais de forma emergencial"

"Quem é que não precisa pagar o supermercado, já que houve aumento dos produtos?"

Ricardo Lewandowski

PRESIDENTE DO SUPREMO

Mais cedo, Lewandowski havia dito ao *Broadcast Político*, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, ter uma sinalização do governo de que algum reajuste para a categoria poderia ser cedido em breve. "Nós compreendemos que vivemos um momento econômico difícil no País e claro que as expectativas têm que ser moduladas com relação às medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo. O Judiciário, afinal, não é uma ilha", afirmou. "Nós precisamos sempre (*da recomposição de perdas por inflação*). Quem é que não precisa pagar o supermercado, já que houve aumento dos produtos? Então os nossos servidores estão se ressentindo disso e, se for possível uma recomposição das perdas salariais este ano, será evidentemente bem-vinda."

O presidente do Supremo alegou que o projeto aprovado na Câmara é mais que um simples reajuste para servidores do Judiciário, e sim um plano "orgânico e sistêmico" para melhorar a gestão do setor. Desde o fim de 2014, servidores da Justiça têm pedido reajustes salariais.

O ESTADO DE S. PAULO

Lanchonete vai indenizar cliente por racismo

19 MAI 2015

*Fausto Macedo
Julia Affonso*

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou uma lanchonete de Campinas, no interior, a indenizar um cliente em R\$ 8.175, por danos morais. Ele contou que foi ao local com um amigo para comprar um lanche, em dezembro de 2009, e sofreu ofensas racistas. O nome da lanchonete não foi divulgado.

“Como ficou comprovado que houve ofensa, a Justiça se mostrou eficaz no combate a este tipo de ofensa”, disse o advogado Fernando Haas, que defendeu o cliente da lanchonete. Segundo Haas, era a primeira vez que o homem entrava no local.

Em depoimento à Justiça, o amigo afirmou que “pediu dois lanches, um para ele e outro para o autor (cliente), e quando viu que o réu estava fazendo só um, chamou-lhe a atenção, dizendo que eram dois, quando então o funcionário se virou e perguntou: ‘o macaquinho vai comer também?’”.

O amigo “estranhou aquela frase, mas achou que o funcionário já conhecesse o autor. Acredita que o funcionário falou com o autor para ofendê-lo”.

A relatora do recurso, desembargadora Rosângela Telles, entendeu que não há situação que justifique a agressão. Ela explicou que a indenização deve reparar a ofensa, mas não pode servir como enriquecimento ilícito à parte.

“Registre-se que a simples agressão verbal em local público já é capaz de ferir, por si só, a honra subjetiva da vítima. O dano moral, neste caso, compreende a dor, a humilhação e o vexame suportados pelo autor”, disse a desembargadora.

A reportagem não conseguiu localizar o advogado do funcionário da lanchonete.

19 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PMDB é fiel da balança em decisão sobre Fachin

Movimentação do presidente do Senado, Renan Calheiros, e da ala rebelde da sigla pode dificultar a eleição do paranaense para o STF

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Principal foco de dificuldades para o governo Dilma Rousseff no Congresso Nacional, o PMDB será decisivo na votação do Senado que vai definir hoje a indicação do paranaense Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). Embora os 17 senadores do partido não sejam suficientes para barrar o jurista no plenário, a movimentação do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da "ala rebelde" com o Palácio do Planalto pode mudar o jogo. Até esta segunda-feira (18), a orientação do líder da bancada, Eunício Oliveira (CE), era liberar os colegas para votar como quiserem.

A sessão, prevista para as 16 horas, será a segunda e última prova de fogo de Fachin no Senado. Na semana passada, após mais de 12 horas de discussão, ele foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por 20 votos a 7. Se

a proporção se repetir, ele terá pelo menos 60 votos.

A aprovação final em plenário depende do aval da maioria absoluta dos 81 senadores. Ou seja, o jurista precisa de no mínimo 41 votos para ser nomeado ministro, independentemente do quórum. Assim como ocorreu na CCJ, a votação é secreta.

Levantamento feito com base em declarações dos senadores e no posicionamento dos partidos ao longo da sabatina na comissão indica que ele já contaria com 40 votos favoráveis, 13 contrários e 27 estariam indefinidos. O principal poder nas mãos de Calheiros é controlar o momento da votação, de acordo com a presença dos senadores. Quanto menos parlamentares, mais dificuldades para o paranaense atingir a quantidade suficiente de votos.

Calheiros pode também estender a votação de uma medida provisória que tranca a pauta e jogar a votação da indicação de Fachin para a quarta-feira (20). "Ao longo da sessão, o presidente pode quase tudo, para o bem e para o mal", relata um parlamentar paranaense próximo ao alagoano.

Desde a semana passada, Calheiros declara que está "neutro" na votação. Nos bastidores, porém, ele criticou a escolha de Fachin e enviou mensagens ao Planalto sobre dificuldades que o paranaen-

se teria em função do vínculo com o PT — em 2010, ele pediu abertamente votos para Dilma na eleição presidencial.

Bernardo Figueiredo

Embora seja um indicativo, a votação de Fachin na CCJ não garante um resultado similar em plenário. Em 2012, Dilma ainda estava distante do desgaste de popularidade provocado pela crise econômica e pelo petrolão quando os senadores rejeitaram a recondução de Bernardo Figueiredo para a direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Figueiredo havia sido aprovado por 16 votos a 1 na Comissão de Infraestrutura do Senado e depois caiu no plenário, por 36 votos contra, 31 a favor e uma abstenção.

Na época, a votação foi o primeiro "motim" da base aliada de Dilma contra a distribuição de cargos no Executivo. O tema voltou à agenda de 2015 com as disputas entre o grupo de Calheiros, do vice-presidente Michel Temer e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A rejeição a Figueiredo foi liderada por Roberto Requião (PMDB-PR) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Atualmente, Requião é favorável à indicação de Fachin. Já Ferraço foi o mais incisivo questionador do paranaense na CCJ e defendeu que ele não teria "reputação ilibada" para assumir o cargo, por ter exercido concomitantemente o cargo de procurador do estado do Paraná e a advocacia. Fachin contesta a suposta ilegalidade da prática.

41 VOTOS

é o que Luiz Edson Fachin precisa para ser nomeado ministro do STF, independentemente do quórum no Senado.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

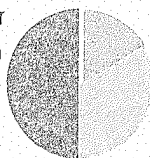
CONTINUAÇÃO

PROJEÇÃO

Como deve ser a votação sobre a indicação do paranaense Luiz Edson Fachin para o STF no plenário do Senado:

A favor

40



Contra

13

27

Indefinidos

19 MAI 2015

RESPALDO

OAB emite moção de apoio a paranaense

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se posicionou nesta segunda-feira (18) formalmente favorável à indicação do paranaense Luiz Edson

Fachin para o STF. O Conselho Pleno da entidade emitiu uma moção de apoio ao professor da UFPR. O órgão realizou uma reunião extraordinária no domingo (17) para decidir sobre o posicionamento.

"Além de brilhante profissional, com alto conhecimento jurídico e reputação ilibada, Fachin tem ótimo diálogo com a OAB.

Quanto mais advogados no STF melhor, pois somos a voz constitucional do cidadão", disse o presidente nacional da Ordem, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que estava entre os cotados para a vaga no Supremo. Outro defensor de Fachin que se posicionou nesta segunda foi o presidente do STF, Ricardo Lewandowski. "A expectativa é de que ele seja aprovado", disse Lewandowski, após participar de evento da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, em São Paulo. (AG)

Partido	Nome + estado	Voto	Partido	Nome + estado	Voto
PMDB	Dário Berger-SC	☺	PSDB	Lúcia Vânia-GO	?
	Garibaldi Alves Filho-RN	☺	PDT	Acir Gurgacz-RO	☺
	Roberto Requião-PR	☺		Cristovam Buarque-DF	☺
	Romero Jucá-RR	☺		Lasier Martins-RS	☺
	Ricardo Ferraço-ES	☺		Reguffe-DF	☺
	Edison Lobão-MA	?		Telmário Mota-RR	☺
	Eunício Oliveira-CE	?		Zeze Perrella-MG	☺
	Jader Barbalho-PA	?	PSB	Antonio C. Valadares-SE	☺
	João Alberto Souza-MA	?		Fernando B. Coelho-PE	☺
	José Maranhão-PB	?		João Capiberibe-AP	☺
Raimundo Lira-PB	?		Lídice da Mata-BA	☺	
Renan Calheiros-AL	?		Roberto Rocha-MA	☺	
Rose de Freitas-ES	?		Romário-RJ	☺	
Sandra Braga-AM	?	DEM	Davi Alcolumbre-AP	☺	
Simone Tebet-MS	?		José Agripino-RN	☺	
Valdir Raupp-RO	?		Maria do Carmo Alves-SE	☺	
Waldemir Moka-MS	?		Ronaldo Caiado-GO	☺	
PT	Angela Portela-RR	☺		Wilder Moraes-GO	☺
	Delcídio do Amaral-MS	☺	PP	Ana Amélia-RS	☺
	Donizeti Nogueira-TO	☺		Benedito de Lira-AL	?
	Fátima Bezerra-RN	☺		Ciro Nogueira-PI	?
	Gleisi Hoffmann-PR	☺		Gladson Cameli-AC	?
	Humberto Costa-PE	☺		Ivo Cassol-RO	?
	Jorge Viana-AC	☺	PSD	Hélio José-DF	?
	José Pimentel-CE	☺		Omar Aziz-AM	?
	Lindbergh Farias-RJ	☺		Otto Alencar-BA	?
	Paulo Paim-RS	☺		Sérgio Petecão-AC	?
Paulo Rocha-PA	☺	PR	Blairo Maggi-MT	☺	
Regina Sousa-PI	☺		Vicentinho Alves-TO	☺	
Walter Pinheiro-BA	☺		Wellington Fagundes-MT	☺	
PSDB	Alvaro Dias-PR	☺		Magno Malta-ES	☺
	José Serra-SP	☺	PTB	Douglas Cintra-PE	?
	Paulo Bauer-SC	☺		Elmano Férrer-PI	?
	Aécio Neves-MG	☺		Fernando Collor-AL	?
	Aloysio Nunes Ferreira-SP	☺	PC do B	Vanessa Graziotin-AM	☺
	Cássio Cunha Lima-PB	☺	PRB	Marcelo Crivella-RJ	☺
	Tasso Jereissati-CE	☺	PPS	José Medeiros-MT	☺
	Antonio Anastasia-MG	?	PSC	Eduardo Amorim-SE	?
	Ataídes Oliveira-TO	?	PSOL	Randolfe Rodrigues-AP	☺
	Flexa Ribeiro-PA	?	Sem Partido	Marta Suplicy-SP	☺

Prévia

Há uma semana, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o professor Luiz Edson Fachin teve 20 votos favoráveis e sete contra. Se a proporção se repetir em plenário, ele terá 60 votos favoráveis.

Maioria absoluta

Pela regra, Fachin precisa de 41 votos, independentemente do quórum. Por isso a presença é tão importante para os rumos da votação. Qualquer ausência ou abstenção conta, na prática, como voto contrário.

Fator Renan

Além de controlar a votação e poder definir o começo e fim da sessão, de acordo com o quórum, Renan pode ser decisivo para os votos tidos como indefinidos.

Observação: O Senado está com 80 senadores em exercício devido à morte de Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC). Até esta segunda-feira (18), ele ainda não havia sido substituído pelo suplente, Dalírio José Beber (PSDB-SC).

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

19 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Justiça pede reajuste, mas Planalto quer adiá-lo para o ano que vem

SÃO PAULO
Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, admitiu nesta segunda-feira (18) que o governo federal quer adiar para 2016 a primeira parcela do reajuste salarial escalonado para servidores do Judiciário. Mas ele ressaltou que essa é apenas “uma proposta” que está na mesa de negociação e que a Justiça ainda tenta uma recomposição “emergencial” para este ano.

“Existe uma contraproposta sim [do governo] de que eventualmente a primeira prestação desse plano de cargos e salários se dê apenas em janeiro de 2016, mas é apenas uma proposta. Outra proposta que estamos negociando com o Executivo e com o Legislativo é uma recomposição das perdas salariais de forma emergencial”, disse Lewandowski. Mais cedo, o presidente do STF havia dito ter uma sinalização do governo de que algum reajuste para a

categoria pode ser cedido em breve.

Ainda assim, o ministro ressaltou que a categoria não é insensível ao momento de ajuste das contas públicas. “Nós compreendemos que vivemos um momento econômico difícil no país e claro que as expectativas têm que ser moduladas com relação às medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo. O Judiciário, afinal, não é uma ilha.”

Lewandowski argumentou, porém, que é possível chegar a uma solução intermediária. “Claro, nós precisamos sempre [da recomposição de perdas por inflação]. Quem é que não precisa pagar o supermercado, já que houve aumento dos produtos? Então os nossos servidores estão se ressentindo disso e, se for possível uma recomposição das perdas salariais este ano, será evidentemente bem-vinda”, disse o presidente do STF.

Ele ressaltou ainda que o que foi aprovado na Câmara Federal é mais que um simples reajuste para servidores do Judiciário, mas um plano “orgânico e sistêmico” para melhorar a gestão do setor. Com cálculo de que o plano, com início do reajuste escalonado em meados deste ano, traria impacto de R\$ 1,5 bilhão, o Planalto busca adiar para o ano que vem a primeira parcela dos aumentos para o Judiciário.

Ex-deputados viram réus da Lava Jato

Kelli Kadanus

Os ex-deputados federais André Vargas (sem partido), Pedro Corrêa (PP), Aline Corrêa (PP) e Luiz Argôlo (SD) viraram réus da Lava Jato nesta segunda-feira (18). O juiz federal Sergio Moro acatou as três denúncias oferecidas na última quinta-feira (14) pelo Ministério Público Federal (MPF) contra eles.

Além dos ex-parlamentares, outras nove pessoas também vão responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, peculato e organização criminosa.

Ao aceitar as denúncias, Moro já marcou as primeiras audiências na Justiça Federal sobre o caso. A primeira será no dia 23 de junho.

Vargas foi acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa, além de irregularidades em contratos de publicidade da Caixa Econômica e do Ministério da Saúde. Argôlo é acusado de receber propina do esquema da Petrobras e de usar verba da Câmara Federal para pagar passagens aéreas que custearam visitas ao doleiro Alberto Youssef.

O MPF ainda denunciou Pedro Corrêa (PP), que é acusado de receber dinheiro do esquema da Petrobras, de manter uma funcionária fantasma em seu gabinete e de recolher parte do salário de uma assessora. A filha de Corrêa, Aline Corrêa, foi denunciada por peculato, acusada de manter uma fantasma em seu gabinete e de recolher parte do salário de uma assessora.

Os advogados dos ex-deputados não foram localizados para comentar as denúncias.

Nota fiscal aumenta suspeita de caixa 2 na campanha de reeleição de Beto Richa

Delator da
corrupção na
Receita entrega
documento que
mostraria doação
eleitoral não
contabilizada.
PSDB não
reconhece o gasto

LONDRINA

Fábio Silveira, do Jornal de Londrina

Uma nota fiscal entregue pelo auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) aumenta a suspeita de que a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), no ano passado, teve caixa 2. A nota, a qual a reportagem teve acesso, mostrou que o auditor, investigado pelo esquema de corrupção na Receita, pagou R\$ 5,7 mil do próprio bolso pela madeira compensada usada para instalar divisórias no comitê de campanha de Richa que ficava perto do Terminal Urbano, na região central da Londrina. O pagamento, que em tese deveria ter sido lançado como doação eleitoral, não consta da prestação de contas da campanha de Richa.

Investigado pelo Gaeco na Operação Publicano, o auditor Luiz Antônio de Souza firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP) para contar o que sabe e ter redução de sua pena. Ele já disse que o esquema de corrupção na Receita de Londrina teria arrecadado R\$ 2 milhões que foram destinados à campanha de Richa.

Despesa maior

Com relação às divisórias do comitê em Londrina, o advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, relatou, com base no depoimento do cliente, que o custo foi de R\$ 15 mil a R\$ 25 mil e que o material foi comprado em mais de uma loja. Isso significa que poderia haver outras notas da aquisição do material.

A reportagem teve acesso a uma nota fiscal, de R\$ 5.785, da empresa Gmad Complond Suplementos para Móveis, de 29 de julho do ano passado — período em que a campanha já estava liberada pela Justiça Eleitoral. A nota está em nome de Souza e o local de entrega do compensado usado nas divisórias coincide com o endereço em que funcionou o comitê de Richa. “Ele [Souza] explicou que foi procurado no curso da campanha eleitoral. O imóvel é muito grande e precisava ser dividido”, disse o advogado do auditor.

O advogado da Gmad, Vinicius Borba, confirmou a autenticidade do documento.

Numa busca feita na prestação de contas da reeleição de Richa, a reportagem constatou que não há doação oficial de Souza à campanha de reeleição do governador. A Gmad também não aparece como doadora ou fornecedora da campanha.

Outro lado

Em nota, o PSDB do Paraná afirmou que “não reconhece a veracidade da despesa alegada” pelo auditor. “A coordenação da campanha eleitoral do PSDB não encomendou o referido material, não autorizou e nem recebeu qualquer nota fiscal referente ao alegado serviço. Todos os serviços contratados em 2014 pela coligação Todos Pelo Paraná e suas correspondentes notas fiscais foram apresentados no relatório de prestação de contas aprovado pela Justiça Eleitoral”, diz o texto do PSDB.

A reportagem não localizou Vitor Hugo Dantas, que foi um dos coordenadores da campanha de Richa em Londrina. Hoje ele é responsável pela Região Metropolitana de Londrina (Comel). Na sede da Comel, funcionários informaram que ele estaria em uma reunião em Porecatu. A reportagem também ligou três vezes para o celular de Dantas, mas não conseguiu falar com ele.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MADERA PARA A REELEIÇÃO

Nota fiscal mostra que o delator Luiz Antônio de Souza comprou, por R\$ 5.758,00, madeira compensada que teria sido entregue no comitê do centro de Londrina do então candidato à reeleição Beto Richa (PSDB), no ano passado.

DATA DE EMISSÃO	
29/07/2014	
VALOR TOTAL DA NOTA	
5.758,00	
DESTINATÁRIO/REMETENTE	
NOME/RAZAO SOCIAL	
LUIZ ANTONIO DE SOUZA	
ENDEREÇO	
AVENIDA ARCEBISPO DOM GERALDO FERNANDES, 1320	
MUNICIPIO	
LONDRINA	
DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO	
CÓDIGO	DESCRICAO DO PRODUTO/SERVIÇO
COM042	COMPENSADO VIROLA 18MM 220 X 160 MADPUAVA

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

AUDITOR FISCAL

Penúltimo foragido da Operação Publicano se apresenta à Justiça

O auditor fiscal Miguel Arcajo Dias, um dos 15 denunciados pelo Ministério Público Estadual (MP) na Operação Publicano, apresentou-se nesta segunda-feira (18) à Justiça. Ele estava com a prisão preventiva decretada desde 27 de março e responde, na Receita Estadual, a processo administrativo por abandono de emprego, já que se ausentou do trabalho por mais de 30 dias enquanto esteve foragido. A informação foi

confirmada pelo advogado dele, Eduardo Duarte Ferreira – o mesmo do auditor Luiz Antônio de Souza, que firmou acordo de delação premiada com o MP. Dias era um dos dois investigados pela Operação Publicano que continuavam foragidos. A outra, que ainda não havia se apresentado até o fechamento da edição, é Ana Paula Lima, mulher de Márcio de Albuquerque Lima, considerado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) como o líder do esquema que cobrava propina em troca de sonegação fiscal. Ele está preso. (FS)

ÚLTIMA FORAGIDA

A última pessoa investigada pela Operação Publicano que continua foragida da Justiça é Ana Paula Lima, mulher de Márcio de Albuquerque Lima, considerado pelo Gaeco como o chefe do esquema de corrupção na Receita Estadual.

19 MAI 2015

COFRE DO ESQUEMA

Audidores tinham 'sala da propina' em prédio comercial, diz delator

Segundo informações prestadas pelo delator Luiz Antônio de Souza no acordo de delação premiada com o Ministério Público Estadual (MP), os auditores fiscais acusados de envolvimento no esquema de corrupção teriam uma "sala da propina" em um prédio comercial na Rua Alagoas, no centro de Londrina. Lá, realizariam reuniões e guardariam dinheiro recebido do esquema de corrupção na Receita. Ele acrescentou que, embora a "sala da propina" esteja registrada em seu nome, pertenceria a outro auditor fiscal, Milton Digiacomio, que no ano passado disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná pelo PSB, partido que fazia parte da coligação que apoiou a reeleição de Beto Richa (PSDB).

A reportagem procurou Digiacomio nesta segunda-feira (18) à tarde. Mas, segundo funcionários da delegacia da Receita Estadual de Londrina, ele não havia aparecido. (FS)

CONTINUA

19 MAI 2015

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

Oposição começa coleta de assinaturas para CPI da Receita

Euclides Lucas Garcia

Sob silêncio completo da base aliada, a bancada de oposição na Assembleia Legislativa atacou o governador Beto Richa (PSDB) pela denúncia de que R\$ 2 milhões de propina teriam sido usados na campanha dele à reeleição, no ano passado. Nesta segunda-feira (18), os opositores reiniciaram a tentativa de coletar as 18 assinaturas necessárias para instalar na Casa uma CPI que investigue o esquema de corrupção na delegacia da Receita Estadual em Londrina. Por ora, apenas nove deputados assinaram o documento.

Líder da oposição, Tadeu Veneri (PT) afirmou que o momento exige uma manifestação por parte da Assembleia, que “não pode ficar indiferente diante da gravidade da situação”. O petista ainda rebateu as afirmações de Richa de que as acusações são uma “campanha orquestrada” para atingir seu governo. “São os amigos do governador que estão fazendo as acusações.”

Coletor das assinaturas para a CPI da Receita, o vice-líder opositor, Requião Filho (PMDB), protocolou uma representação no Ministério Público Federal pedindo investigação a respeito de suposta fraude na prestação de contas da campanha de Richa em 2014.

“Não sei o que uma CPI somaria às investigações do Gaeco. Não vejo razão para a Assembleia entrar nesse tema”, disse o governista Pedro Lupion (DEM).

“São os amigos do governador que estão fazendo as acusações.”

Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Assembleia, argumentando que as denúncias partem de pessoas ligadas ao governo.

19 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Supremo quebra sigilos bancário e fiscal de Collor

Autorização foi dada pelo relator da Lava Jato no STF, Teori Zavascki. Senador é investigado por suposta participação no esquema

O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal do senador Fernando Collor (PTB-AL), no período de 1.º de janeiro de 2011 a 1.º de abril de 2014, conforme solicitado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido foi realizado no último dia 7 pelos investigadores e deferido na última quinta-feira (15). O caso tramita em segredo de Justiça no Supremo.

O senador é um dos 50 investigados pelo STF por suposto envolvimento no escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras, investigado pela Lava Jato. A quebra de sigilo foi solicitada pelos procuradores para verificar eventuais depósitos mencionados pelos delatores da operação.

Além de Collor, Zavascki autorizou quebra de sigilo bancário de outras pessoas, entre elas Pedro Paulo Leoni, um dos supostos operadores do esquema. O ministro também auto-

rizou a quebra de sigilo bancário de empresas. O doleiro Alberto Youssef disse durante processo de delação premiada que fez "vários depósitos" a Collor, além de ter autorizado entregas de dinheiro em espécie ao senador. Durante busca e apreensão no escritório de Youssef, investigadores encontraram depósitos bancários em nome do parlamentar, que somam R\$ 50 mil, entre os dias 2 e 5 de maio de 2013.

Na semana passada, após o pedido de quebra de sigilo, Collor protocolou quatro representações contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, questionando decisões e alegando "crimes de responsabilidade". Nos pedidos, o parlamentar pede que a Mesa Diretora do Senado forme uma comissão para analisar o caso e para emitir um parecer. A decisão final cabe ao plenário da Casa e poderia se transformar em um processo de impeachment do procurador-geral.

Zavascki também autorizou a quebra de sigilo bancário do ex-deputado João Pizzolatti (PP-SC), referente ao período de janeiro de 2009 a janeiro de 2012. O doleiro Alberto Youssef disse que Pizzolatti compunha um grupo de parlamentares do PP que atuava na "operacionalização do esquema de corrupção" de forma "estável e perene".

É preciso saber ouvir

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outras formas de violência praticadas contra estes, constitui-se numa das mais graves e atroz violações de direitos humanos, sendo fonte de profundo sofrimento e de traumas que podem se estender por toda vida do vitimizado. E a investigação dos casos suspeitos de violência contra crianças e adolescentes, notadamente de natureza sexual (em todas as suas formas), por sua vez, é tarefa das mais complexas, que não pode ser relegada a pessoas ou profissionais que não possuam habilitação técnica específica para tanto, nem ser executada de forma improvisada, sem o devido planejamento e preparação das vítimas e suas famílias.

É fundamental, portanto, a adequação ou mesmo a criação de programas ou serviços especializados, que estejam devidamente preparados para prestar, a qualquer momento, o atendimento qualificado a crianças e adolescentes que se suspeita tenham sido vítimas de violência, em especial de natureza sexual. Essa necessidade é justificada também pelo fato de as estatísticas demonstrarem que as violações de direitos infantojuvenis, sobretudo os crimes de natureza sexual, ocorrem com maior frequência justamente à noite, nos finais de semana e feriados, períodos em que muitos dos órgãos públicos encarregados do atendimento de crianças, adolescentes e famílias estão fechados.

Vale dizer que a obrigatoriedade da criação, pelos municípios, de programas e serviços com essas características já foi reconhecida inclusive pelo Supremo Tribunal Federal (STF), diante da constatação de que sua instituição constitui-se numa verdadeira exigência da Constituição Federal, que prevê, em seu art. 227, §4º, que

haverá “severa punição” aos autores de crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes. Cabe ao poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, investir na qualificação e eventual contratação de profissionais, assim como na criação e adequação de espaços e equipamentos destinados à “escuta qualificada” de crianças e adolescentes vítimas de violência, assim como promover a articulação de ações entre os órgãos e agentes encarregados tanto da proteção das vítimas quanto da responsabilização dos vitimizadores, de modo a evitar a chamada “revitimização” e garantir que a coleta da prova ocorra de forma rápida (porém sem precipitação) e tecnicamente correta, assegurando sua validade em todos os processos e procedimentos que serão instaurados em relação ao caso.

Esforços neste sentido já vêm sendo despendidos pelo Poder Judiciário, que por força da Recomendação 33/2010, da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, tem criado “salas de depoimento especial” em todo o Brasil. Mas é preciso ir além, até mesmo para evitar que, até ser ouvida de uma forma qualificada pela Justiça, a criança ou adolescente seja ouvida repetidas vezes por pessoas despreparadas para tanto, o que pode trazer prejuízos à vítima, além de comprometer a qualidade da prova produzida. Afinal, o atendimento de vítimas de violência não está adstrito ao Poder Judiciário, e todos os profissionais que atuam na área precisam saber ouvi-las de forma adequada — ou deixar essa difícil tarefa para quem saiba.

Murillo José Digiácomo, procurador de Justiça integrante do Ministério Público do Estado do Paraná.

19 MAI 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Ministério Público 1

A conclusão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Ministério Público (MP) tem o poder de investigação criminal, independente do trabalho da polícia no mesmo caso, é um importante avanço pela moralidade em nosso país (*Gazeta*, 15/5). Desde a Constituição de 1988, os promotores e procuradores passaram a agir nessa área; muitos malfeitos foram descobertos e resultaram na punição de seus executores. Bem decidiram os ministros ao entenderem que a ação do MP não coloca em risco o processo legal e que em nada atrapalha o trabalho policial. São apenas instâncias diferentes atuando num mesmo objetivo. Seria um desperdício e até um golpe contra o interesse público impedir que o Ministério Público ou a polícia exerçam livremente as atribuições para as quais estão capacitados.

Dirceu Cardoso Gonçalves, tenente e dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo

Ministério Público 2

A sociedade brasileira só tem que aplaudir a decisão do STF de permitir que os promotores e procuradores de justiça do Ministério Público realizem investigações criminais. Agora só nos resta torcer para que o MP e a polícia se esqueçam dos antigos desentendimentos e passem a trabalhar em conjunto.

Márcio Rosário, Leme - SP

Ministério Público 3

Finalmente o STF decidiu o antigo confronto entre o Ministério Público (MP) com a polícia, civil e federal, e permitiu que os promotores e procuradores realizem investigações criminais. Com a soma de esforços entre essas duas instituições, a sociedade brasileira só irá ganhar.

Edgard Gobbi - Campinas - SP

FOLHA DE LONDRINA

TJ adia análise do caso Maurício Requião

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná adiou para daqui a duas semanas a votação do mandado de segurança impetrado pelo ex-secretário de Estado da Educação Maurício Requião, irmão do senador Roberto Requião (PMDB). Ele segue afastado do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) desde 2009. O processo seria analisado ontem, no entanto, saiu da pauta devido à ausência na sessão do relator, o desembargador Antonio Loyola Vieira. A Corte só volta a se reunir no dia 1º de junho. Maurício foi escolhido para ocupar o lugar de Henrique Naigeboren, que se aposentou em julho de 2008. Entretanto, passou a maior parte do período sem desempenhar suas funções por conta de contestações no Judiciário. Entre os motivos alegados estão o de que a votação ocorreu antes da saída formal de Naigeboren. Uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), também alegou que a indicação caracterizaria nepotismo, uma vez que Maurício é parente do ex-governador. Mesmo sem a decisão final, em maio de 2011 o governador Beto Richa (PSDB) e o então presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), anularam a eleição, realizando um novo processo. O ex-procurador-geral do Estado Ivan Bonilha, hoje presidente do TC, foi o escolhido para ocupar a cadeira.

19 MAI 2015

19 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça absolve 16 acusados de plagiar concurso público

Celso Felizardo e
Marco Feltrin

Londrina – O ex-secretário de Saúde de Londrina, Francisco Eugênio Alves de Souza, e outros 15 investigados foram absolvidos da acusação de plágio em concurso público proposta há quase dois anos pelo Ministério Público. O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, julgou improcedente a ação civil pública que denunciava irregularidades no teste seletivo aplicado em julho de 2013 para preencher vagas na Secretaria Municipal de Saúde.

Na época, a prova elaborada por profissionais da própria secretaria trazia questões similares a de outros concursos realizados no País. A possibilidade de vazamento de conteúdo também foi levantada. A ação pedia a devolução de R\$ 407 mil aos cofres públicos, montante gasto na elaboração do concurso. No entanto, o juiz Marcos José Vieira observou no argumento da decisão que a lei de direitos autorais não abrange atos oficiais como questões de concurso público, o que descaracteriza a acusação de plágio.

“Ainda que se possa admitir que a resolução de questões de outros concursos constitua método de estudo adotado por muitos candidatos, não há como concluir, só por isso, que eles tenham sido favorecidos em detrimento de seus concorrentes. O edital não previu o ‘ineditismo’ das questões, consoante bem argumentado

no parecer ministerial, e a prova em questão era do tipo ‘objetiva’, onde é mais comum as semelhanças entre questões”, observou o juiz.

Gabriel Bertin, advogado de uma das médicas que ajudaram a elaborar as provas do concurso, reforçou que a direção do concurso não havia pedido questões inéditas. “O plágio não se aplica neste caso, mas nem mesmo plágio poderia ser, pois as questões não eram totalmente idênticas. Algumas tinham alternativas a mais, outras trocadas”, justificou.

Um dos seis advogados que participaram da ação, Bertin lamentou a repercussão negativa que o assunto ganhou à época do cancelamento do concurso. “Minha cliente é uma pessoa que trabalha no posto de saúde, que ganhou um valor simbólico e resolveu participar da elaboração das provas para ajudar. Ela atendeu um pedido da administração e teve prejuízos. A gravidade não foi compatível com o que realmente ocorreu”.

O juiz considerou apressada a decisão do prefeito Alexandre Kireelf (PSD) de anular os concursos. Sobre Francisco Eugênio, Marcos José Vieira julgou que, como gestor da pasta, ele não tinha obrigação de conferir todas as questões da prova. O Ministério Público ainda pode recorrer da decisão.

FOLHA DE LONDRINA 19 MAI 2015

Líderes se comprometem a apoiar MP 665 e Fachin

Ricardo Brito
Agência Estado

Brasília - Líderes de partidos da base aliada se comprometeram ontem, em reunião na Vice-Presidência, a apoiar as Medidas Provisórias 663, que trata da capitalização do BNDES, e a 665, que restringe acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial, e a indicação do jurista Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). As duas últimas propostas estão previstas para serem votadas nesta terça-feira pelo plenário da Casa.

Participaram do encontro o vice-presidente e articulador político Michel Temer, os ministros da Fazenda, Joaquim

Levy, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo Oliveira, e lideranças do PT, do PMDB, do PDT, do PP e do PSD.

No encontro, lideranças da base aliada avaliaram que há votos suficientes entre os aliados para aprovar tanto as MPs 665 e 663 quanto a indicação de Fachin. Segundo o líder petista no Senado, Humberto Costa (PE), apenas o bloco parlamentar União e Força, composto por nove senadores do PTB, do PR, do PSC e do PRB, resiste apoiar as medidas provisórias do ajuste fiscal (MP 665 e MP 664, que ainda está na Câmara e altera as regras para concessão de

pensão por morte).

Nenhum representante do bloco União e Força, entretanto, participou do encontro e o Palácio do Planalto deve procurá-los para tratar das medidas do ajuste fiscal.

Os líderes avaliaram que, se o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), colocar a indicação de Fachin em votação, ela será aprovada. Nos bastidores, Renan, responsável por controlar a pauta, tem atuado para rejeitar o nome do jurista. Pelas contas dos presentes, os opositores do indicado conquistarão, no máximo, 21 votos. Para ele virar ministro do STF, ele precisa de pelo menos 41 votos favoráveis.

MILITÃO

Fachin: Senado vai aprovar ou rejeitar

Será hoje, em Brasília, que o nome do advogado Luiz Fachin, de Curitiba, será submetido ao plenário para a apreciação definitiva de sua indicação. Na CCJ do Senado, tendo o senador Álvaro Dias a seu lado, Fachin teve 20 votos a favor e sete contra. Agora o Senado poderá, hoje, endossar ou rejeitar a recomendação da Comissão, que, segundo editorial da "Veja", para alguns senadores, o advogado gaúcho, que estudou e trabalha em Curitiba, fez uma necessária autocrítica e, para outros, livrou-se lepidamente e por interesse imediato das posições radicais que antes defendia. Para ter seu nome aprovado para o Supremo Tribunal Federal precisará de 41 votos dos 81 senadores. Ele enfrentará uma nova questão levantada pelo senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, que diz que a CCJ não teve essa informação, de que Fachin teria descumprido a lei e o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, ao defender, em 15 de dezembro de 2011, os interesses do Paraguai contra a União brasileira. É que, como professor da Universidade Federal do Paraná, ele não poderia advogar para outro país contra o próprio Brasil. O artigo 117 da Lei nº 8112-1990 diz que o funcionário federal brasileiro não pode aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro.

INFORME

Fachin no STF

O presidente do Superior Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, mostrou-se ontem otimista quanto à aprovação no Senado do nome do jurista paranaense Luiz Edson Fachin, indicado à Corte pela presidente Dilma Rousseff. O plenário do Senado deve votar hoje o nome de Fachin. Na semana passada, ele foi aprovado em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça da Casa com 20 votos favoráveis e 7 contrários. Se aprovado em plenário, ele ocupará a vaga que era de Joaquim Barbosa no STF.

19 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Poder vacinado

Os Três Poderes estaduais, como é da nossa tradição e na contramão do que pregou Montesquieu, estão imunizados para opinar sobre o assalto aos fundos da Parana Previdência: é que acertaram uma compensação de quase R\$ 500 milhões para cobertura de dispêndios com aposentados, aqueles com mais de 77 anos. Além dos poderes, como sempre lá estavam a Procuradoria da Justiça e o Tribunal de Contas o que os inabilita, como instituições, a opinar sobre a legalidade não apenas da lei em si como desse corolário que os beneficiou e do qual, certamente, jamais abririam mão.

Aliás, o Tribunal de Contas já havia respondido à interpelação da Procuradoria do MP junto àquele órgão que a competência para qualquer revisão seria do STF.

Assim, por exemplo, a liminar que concedeu a aposentados do Judiciário anistia da contribuição fica prejudicada e igualmente vacinada a hipótese de outros servidores buscarem proteção em mandado de segurança.

É o império do czar das finanças que se mostra desolado quando assiste qualquer sinal de recuo na dureza junto aos barnabés. É o motor e combustível das ações sindicais que virão.

Reafirma-se com isso uma tradição da paróquia: aqui só atos externos do Tribunal de Contas da União, Polícia e Justiça Federal mexem no clima de concórdia e paz dos acertos da autarquia, algo que não é distinto das demais unidades federativas e que comprovam as distorções do nosso federalismo em relação ao Estado de Direito Democrático.

19 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Sem delação

O auditor fiscal Miguel Arcanjo Dias, que ficou foragido por 40 dias se apresentou à 3ª Vara Criminal de Londrina ontem, depois de conseguir habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O advogado dele é Eduardo Duarte Ferreira, que também defende o auditor delator Luiz Antonio de Souza, preso desde janeiro. Os dois servidores são réus na ação penal da Operação Publicano. No entanto, ao contrário de Souza, Dias não deve fazer acordo de delação premiada.

INFORME

Na Justiça Federal - A subseção da OAB de Londrina informando aos advogados e demais interessados que estão sendo realizadas inspeções ordinárias nas Varas da Justiça Federal em Londrina, que começaram ontem e serão encerradas dia 22. Mas a distribuição de processos não será interrompida. Somente serão realizadas audiências em casos urgentes. Não haverá atendimento ao público e os prazos processuais serão suspensos nesse período. A OAB estará representada pelos advogados José Carlos Martins Pereira e Flávia Melissa Lovato.

MILITÃO

Juiz federal será homenageado em Arapongas dia 29

O doutor Tadaaqui Hirose foi juiz de direito no Fórum de Arapongas até 1986. Depois ingressou na magistratura federal e hoje é o presidente do Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, que comanda toda a Região Sul. No próximo dia 29, ele receberá, às 19 horas, o título de Cidadão Honorário de Arapongas. A homenagem foi proposta pelo vereador Haroldo César Pagan. O presidente da Câmara Municipal de Arapongas é o vereador Valdeir José Pereira. Após a cerimônia, será oferecido jantar aos convidados, familiares e autoridades convidadas. No mesmo dia, à tarde, ele será recebido na Colônia Esperança, localidade fundada por imigrantes japoneses. A partir das 14 horas, haverá apresentações de cantos e danças nipônicas. E inclusive plantará algumas mudas de cerejeiras.

19 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro acata denúncias e ex-deputados viram réus

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O juiz federal Sérgio Moro acatou ontem as denúncias feitas pela força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) contra 13 pessoas dentro da 11ª fase da Operação Lava Jato, incluindo quatro ex-parlamentares: o londrinense André Vargas (sem partido-PR); Luiz Argôlo (afastado do SD-BA); Pedro Corrêa (PP-PE) e sua filha Aline Corrêa (PP-SP). A partir de agora todos os envolvidos se tornaram réus nos processos que passam a tramitar na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Os crimes apontados pelas investigações envolvem lavagem de dinheiro, corrupção, organização criminosa e peculato. Além dos parlamentares e do doleiro Alberto Youssef, os demais réus são: Rafael Ângulo Lopes (que entregava maletas de dinheiro para Youssef) e Carlos Alberto Costa (laranja e procurador oficial da GFD Investimentos); os irmãos de Vargas, Milton e Leon Vargas; o publicitário Ricardo Hoffmann; o filho e nora de Pedro Corrêa, Fábio Corrêa e Márcia Danzi; além de Ivan Vernon Jr., ex-assessor do gabinete de Corrêa.

A partir de agora, o magistrado designa as audiências de testemunhas de acusação, arroladas pelo MPF e, posteriormente, as testemunhas de defesa serão ouvidas. O primeiro a ser ouvido, já no próximo dia 24, como testemunha de acusação é o doleiro Alberto Youssef. Apesar dos ex-deputados já se tornarem réus nestes processos, conforme já adiantaram os procuradores do MPF, novas denúncias envolvendo Vargas, Argôlo e Corrêa devem ser apresentadas nas próximas semanas, conforme as investigações forem avançando.

Meias-verdades e mentiras inteiras sobre terceirização

Convenhamos, o subdesenvolvimento é um problema ético. Não é uma questão política, econômica ou cultural. Comprovam-no os sucessivos ciclos de nossa história, desde o açúcar, o ouro, até o café (ou mesmo o pré-sal). Assim, o oportunismo político pode explicar a súbita urgência dos debates legislativos a respeito da redução da maioria penal e da terceirização. Nada há de ético nisso.

Alguns integrantes do espectro ideológico saem às ruas nas recentes manifestações, paneleando quando certos políticos aparecem na televisão, crocitando por um impeachment antijurídico, porém corretivo, e por um golpe militar urgente e saneador. Apoiam essas mesmíssimas medidas. Aliás, mintó! No caso da terceirização fazem-no não por divergência e confronto político, mas por bondade. Sim, por bondade para com os trabalhadores, seus sindicatos, consumidores, o Estado e, apenas circunstancial e acidentalmente para os empresários.

O primeiro argumento desse florilégio de vantagens operárias é a alardeada igualdade entre terceirizados e não terceirizados. Trata-se, porém, de uma impossibilidade aritmética elementar. Todos os direitos trabalhistas e sociais em questão têm um inegável custo econômico, que pode ser traduzido financeiramente e que é desembolsado pelas empresas. Para valer a pena, o salário dos terceirizados será, obviamente, menor que o dos não terceirizados. A conta não tem como fechar! A promessa de mesmos direitos com custo inferior é charlatã; uma "corrente da felicidade" que despencará no primeiro degrau.

O segundo argumento é o da segurança jurídica. De fato, a terceirização atualmente só é garantida por uma precária Súmula do TST, a 331, alterável segundo humores do trato digestivo judicial. Uma boa lei resolveria tudo. Na verdade, uma lei superveniente serve frequentemente para estimular a insegurança jurídica, a incerteza e a imprevisibilidade lotérica das decisões judiciais. Especialmente uma lei como esta, extraída a desafi-

nado toque de caixa e aprovada em uma turbulenta sessão, na qual os deputados ignoravam o que votavam.

Vale como vaticínio a descrição de Bismarck a respeito de certas leis: tal como as salsichas, é melhor não saber do que e como foram feitas. No caso, padeceram os vira-latas e os gatos sem dono das vizinhanças.

Outro argumento é o da simplicidade, versatilidade e adaptabilidade do regime terceirizado, permitindo contratações mais rápidas e eficientes e maior competitividade. A linha reta é o caminho mais próximo entre dois pontos, em milenar lição da geometria. Não a linha angular dos três polos envolvidos nessa contratação: trabalhador, empresa interposta e empresa tomadora.

Essas referidas "bondades" brotam como pingos de uma chuva, como aquela esperada por paulistas e paulistanos. Falemos da competitividade internacional, para escolher entre um produto terceirizado ou um similar pirateado ou adquirido no Ali-Express. Ou então do apoio à terceirização dado por segmentos "orgânicos" de nosso movimento sindical, de água na boca com as contribuições sindicais oriundas de trabalhadores terceirizados, que passam a integrar a categoria principal da empresa.

Para fechar, só mais uma flor a despertar desse colorido buquê: a qualidade do serviço terceirizado que mercê da especialização, será sempre melhor. Já temos problemas graves na qualificação dos trabalhadores. Difícil imaginar que um atravessador de mão de obra investirá mais em melhoria dos serviços que o próprio dono do negócio. Ou que será mais sensível às reclamações de consumidores infernizados.

Por último, convém um alerta amigo a eventuais paneleiros desavisados: terceirização no emprego dos outros, é refresco. Com a terceirização da atividade-fim, a alça de mira sobe para postos de médio e alto escalão...

CÉLIO HORST WALDRAFF é desembargador do Trabalho do Paraná em Curitiba

66

Difícil imaginar que um atravessador de mão de obra investirá mais em melhoria dos serviços que o próprio dono do negócio

19 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Planalto mobiliza aliados para apoiar Fachin

Governo espera que advogado indicado para o Supremo seja aprovado por pequena margem de votos no Senado

Presidente do Senado, Renan Calheiros atua contra indicação, que será analisada em votação secreta

O Palácio do Planalto espera obter a aprovação do Senado à indicação do advogado Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal nesta terça (18) com margem pequena de votos, mas suficiente para garantir a nomeação.

Aliados em todos os partidos governistas foram mobilizados para garantir sua presença no Senado nesta terça, quando o plenário deve analisar a indicação de Fachin, nomeado pela presidente Dilma Rousseff para a vaga deixada por Joaquim Barbosa, que se aposentou há um ano.

Em atrito com o Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vem criando dificuldades para Fachin e trabalha nos bastidores contra o seu nome.

Amigos de Fachin ouvidos pela Folha acham que o advogado deverá receber algo em torno de 50 votos nesta terça, mas admitem que ele pode ser derrotado. Fachin precisa dos votos de pelo menos 41 dos 81 senadores.

A mobilização governista é resultado do temor de que, com o plenário esvaziado, Fachin não alcance o número mínimo de votos. Cabe a Renan incluir a análise da indicação do advogado na pauta de votações do Senado.

Líderes governistas monitoraram senadores individualmente, fazendo ligações e cobrando a presença no plenário. "É evidente que não se pode brincar", afirmou o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS).

Renan está em rota de colisão com o Palácio do Planalto desde que seu nome foi incluído entre os políticos investigados na Operação Lava Jato. Ele nega trabalhar contra Fachin e diz que age com "neutralidade e isenção".

Aliados do peemedebista, porém, admitem que Renan vem trabalhado contra o advogado para demonstrar sua força política no Senado. Como a votação é secreta, há espaço para traições na base governista nesta terça.

OPOSIÇÃO

Senadores da oposição prometem votar unidos contra Fachin, com exceção de Álvaro Dias (PSDB-PR), relator da indicação no Senado. Dias foi governador do Paraná e se tornou o principal defensor do advogado no Senado.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que votará contra Fachin. "Voto de acordo com minhas convicções. Não se trata de uma articulação do partido", afirmou.

Segundo o peemedebista, o jurista não esclareceu vários pontos de sua trajetória profissional, como o trabalho como advogado simultaneamente à atuação como procurador do Estado do Paraná.

Para Ferraço, Fachin contrariou várias posições que defendeu no passado ao tentar justificá-las na sua sabatina no Senado, na semana passada. "Não fiquei convencido. Pareceu-me a ética da conveniência, para agradar os ouvidos dos senadores." (ANDRÉIA SADI, GABRIELA GUERREIRO E LEONARDO SOUZA)

19 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do Supremo defende aumento de salários no Judiciário

Preocupado com impacto de R\$ 1,5 bi, governo quer adiamento

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, disse nesta segunda (18) que, apesar da crise econômica e dos ajustes fiscais do governo, existe a possibilidade de ocorrer um reajuste salarial no Poder Judiciário em 2015.

“Nós precisamos sempre [de reajuste]. Quem não precisa pagar o supermercado, já que houve um aumento do preço dos produtos? Se for possível uma recomposição das perdas salariais este ano, será evidentemente bem-vinda”, afirmou ele, após a abertura da 2ª Jornada de Direito da Saúde no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo).

O ministro lembrou que está em tramitação no Congresso Nacional um plano de cargos e salários prevendo aumento para categorias de servidores do Poder Judiciário.

“É um plano orgânico, sistêmico, que permite não só a recuperação das perdas salariais dos servidores, mas também melhor gestão desse imenso número de servidores em prol de uma prestação jurisdicional mais ágil”, disse.

O aumento preocupa o governo federal, que pediu adiamento da proposta. De acordo com o Ministério do Planejamento, a medida pode impactar as contas públicas R\$ 1,5 bilhão neste ano.

Segundo Lewandowski, o plano será implementado em etapas para que seu impacto seja diluído em quatro ou cinco anos. “Há um plano que prevê um desembolso do governo escalonado. Teríamos, segundo esse plano, um primeiro desembolso em julho.”

“Depois, esse desembolso seria feito ao longo dos anos subsequentes. O governo achou isso um pouco pesado para o momento e está acenando com uma contraproposta”, acrescentou.

Uma proposta emergencial também vem sendo discutida caso o plano em tramitação não evolua em 2015.

“Estamos negociando uma recomposição das perdas salariais de forma emergencial. Compreendemos que vivemos um momento econômico difícil no país, há uma crise que reverbera no Brasil”, completou o ministro. (BELA MEGALE)

19 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

En passant

Contrariando expectativas da força-tarefa da Operação Lava-Jato, Ricardo Pessoa, da UTC, só cita a Odebrecht uma vez, e de forma lateral, no termo de delação premiada que selou com o Ministério Público Federal. Os investigadores esperam que Pessoa estabeleça um elo entre as duas construtoras nos desvios da Petrobras. Apesar da frustração inicial, eles vão tentar comprovar o vínculo nos depoimentos que o empreiteiro dará caso a delação seja homologada pelo STF.

Cabo.. Opositores do nome de Luiz Fachin estão trabalhando para esvaziar o plenário do Senado nesta terça-feira em uma tentativa de fragilizar a votação do jurista para o Supremo.

... de guerra Já o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), insistiu perante interlocutores em dizer que vai submeter a indicação a voto mesmo que o quorum não esteja elevado.

Gelatinoso O alvo do grupo anti-Fachin são senadores de oposição e independentes que penderam para o "sim" nos últimos dias.

Vai que Aliados de Dilma Rousseff não acreditam em debandada, mas tratam cada voto como decisivo e pediram que a base desmarque compromissos externos.

FOLHA DE S. PAULO

STF quebra sigilos fiscal e bancário de Collor

19 MAI 2015

Parlamentar é alvo de inquérito da Lava Jato

O ministro Teori Zavascki, responsável pelos processos da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL).

A quebra do sigilo, após pedido da Procuradoria-Geral da República, abrange o período entre 1º de janeiro de 2011 e 1º de abril de 2014 e afeta outras pessoas e empresas suspeitas no caso. Entre os atingidos está Pedro Paulo Leoni, ex-ministro do governo Collor que supostamente seria o elo entre o senador e o doleiro Alberto Youssef.

A decisão de Teori foi proferida na quinta (14) e é sigilosa. Procurada, a defesa de Collor informou que não havia tido acesso a ela. Já o gabinete do senador disse que ele só se pronuncia sobre o caso no plenário do Senado.

A suspeita é que Collor tenha recebido recursos de Youssef por meio de Leoni.

Em sua delação premiada, o doleiro afirmou que fez “vários depósitos e entregas para Collor” e que também recebeu recursos no exterior a pedido de Pedro Paulo Leoni por causa de um negócio com a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras.

Rafael Angulo Lopez, funcionário de Youssef, também já afirmou ter entregado dinheiro em espécie para o senador —o que dificultaria o rastreamento desses supostos recursos pela Procuradoria-Geral da República.

Auditor diz que usou verba de corrupção em comitê de Richa

Acusado de fraudar fisco do PR, delator mostrou notas de material que teria sido usado na campanha do PSDB

Governador tucano já disse que relatos de Luiz Antônio Souza são 'coisa de bandido'; partido nega acusações

CARLOS OHARA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

O auditor Luiz Antônio Souza, preso acusado de fraudar a Receita estadual do Paraná, diz que usou R\$ 20 mil do dinheiro arrecadado no esquema de corrupção para comprar divisórias de compensados instaladas no comitê da campanha de Beto Richa (PSDB) à reeleição, em 2014.

Souza apresentou ao Ministério Público cópias das notas fiscais da compra. A Folha teve acesso a uma delas, de R\$ 5.700, sobre a aquisição de 70 unidades de compensados na Gmad Complond Suprimentos para Móveis. De julho de 2014, a nota cita identifica o CPF de Souza como destinatário. O endereço de entrega é o mesmo do comitê de campanha do PSDB.

A revelação foi feita em delação premiada do auditor, já homologada pela Justiça. Souza está preso desde janeiro sob acusação de enriquecimento ilícito e de exploração sexual de menores, crimes que ele admite.

O auditor sustenta que cerca de R\$ 2 milhões do dinheiro da propina foram repassados à campanha de Richa. No sábado, Richa disse que o relato é "coisa de bandido".

Segundo o Ministério Público, o esquema de corrup-

ção lesou os cofres públicos em mais de R\$ 50 milhões nos últimos dez anos.

Souza e mais 14 auditores e funcionários públicos são acusados de cobrar propina de empresários e, em troca, reduzir ou até anular dívidas tributárias. No total, 62 pessoas foram denunciadas pela Promotoria por participação no esquema.

O delator disse aos promotores que recebeu ordens do então inspetor-geral de fisca-

▶OUTRO LADO◀

Partido diz que não reconhece a despesa citada

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O PSDB-PR afirmou, por nota, que "não reconhece a veracidade da alegada despesa." Segundo a sigla, "a coordenação da campanha eleitoral do PSDB não encomendou o referido material, não autorizou e nem recebeu qualquer nota fiscal referente ao alegado serviço."

O advogado Douglas Maranhão, que defende Márcio Albuquerque Lima, disse que não teve acesso à delação. Por isso, não poderia comentar.

A assessoria do governador Beto Richa disse que assuntos de campanha são tratados só pelo diretório do PSDB.

O coordenador da região metropolitana de Londrina, Vitor Hugo Dantas, não atendeu as ligações.

lização da Receita, Márcio de Albuquerque Lima —apontado como líder do esquema— para "atender a todos os pedidos do Vitor Hugo".

Na época, Vitor Hugo Bosselli Dantas era o chefe do comitê da campanha tucana em Londrina. Com a vitória de Richa, Vitor Hugo ganhou o cargo de coordenador da região metropolitana de Londrina.

Márcio, que chegou a ser preso mas agora responde às acusações em liberdade, é amigo de Richa —os dois foram parceiros em corridas de automobilismo.

INTENÇÃO

O advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defende o auditor, disse que ele tem "mais duas ou três notas" comprovando outros gastos que bancou no comitê do PSDB.

Ferreira afirma que seu cliente não tem intenção de prejudicar Richa. "Ele está apenas contando a verdade, para conseguir a redução da pena em todos os processos onde consta como acusado. E também vai indenizar o Estado, fazendo a devolução do dinheiro desviado". Ferreira não quis informar os valores que serão devolvidos.

Além da acusação de corrupção e enriquecimento ilícito, Souza é réu em nove processos pelo crime de exploração de menores. Ele foi detido com uma adolescente de 15 anos e R\$ 20 mil em espécie. Segundo o Ministério Público, o auditor tem patrimônio avaliado em R\$ 30 milhões. Como funcionário da Receita, recebia cerca de R\$ 25 mil mensais.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

A vanguarda do atraso

SÃO PAULO - Ninguém precisa gostar do aborto. Mas não creio que o Estado possa legitimamente regular o que se passa nas entranhas de uma mulher. Isso é assunto dela, sobre o qual sua autoridade deve ser soberana — mesmo que não concordemos com suas decisões.

Na verdade, a mulher já é normalmente a parte que mais sofre quando tem de fazer um aborto. Dificilmente a lei positiva se revelará um freio mais efetivo à prática do que as disposições psicológicas inatas da espécie. Se ainda assim a mulher opta pela interrupção, é porque realmente não há espaço para um bebê em sua vida naquele momento.

Tudo isso são truísmos de que a maioria das sociedades da Europa ocidental — e até mesmo os pios norte-americanos — já se deu conta há várias décadas. Na América Latina, porém, como mostrou Sylvia Colombo na *Folha* no último domingo, a regra são legislações arcaicas que nada mais fazem do que ampliar a já generosa dose de sofrimento no mundo.

Prova-o a história da menina paraguaia de dez anos que engravidou após ter sido estuprada pelo padrasto, e cuja mãe foi presa como cúmplice, mas teve negado seu pedido para abortar. No Paraguai, a interrupção da gravidez só é legal quando há risco de vida para a mãe, e a Justiça entendeu que este não era o caso da garota, apesar de ela pesar apenas 34 kg e medir 1,39 m.

E o Paraguai nem é o país com legislação mais retrógrada na América Latina. Chile, El Salvador e Nicarágua proíbem o aborto mesmo que necessário para salvar a mãe. Pior, usam essas leis. Em El Salvador, 17 mulheres foram condenadas a mais de 30 anos de prisão. Detalhe: elas foram denunciadas por seus médicos.

Apenas o Uruguai descriminalizou o aborto, mas só o fez em 2012 e ainda impõe à mulher uma série de barreiras, como a exigência de passar por aconselhamento psicológico e de fazer a chamada pausa para reflexão. Pobre América Latina!

19 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

"Sub tegmine fagi"

RIO DE JANEIRO - Leitor indignado reprovou o título em latim de minha crônica no último domingo. Não foi a primeira vez que cometi o mesmo crime: apelar para uma língua morta para lamentar a miséria humana em geral e a miséria brasileira em particular. Estamos atravessando um tempo de corrupção, violência e decepção. Governado por um partido que tem dois ex-tesoureiros e alguns de seus dirigentes atrás das grades, merecemos uma língua morta para expressar a nossa esperança igualmente morta.

Quanto ao latim que às vezes uso, não tenho uma justificação mas uma explicação. Quando saí do seminário, o pai me apresentou ao Aníbal Freire, ex-ministro, acadêmico e diretor do "Jornal do Brasil".

A falta de coisa melhor, o pai disse que eu sabia latim. Apesar de tão pobre currículo, Aníbal Freire argumentou que o jornal que ele dirigia não era escrito em latim, mas num banal vernáculo do qual ele não podia se livrar.

Passa o tempo, Aníbal Freire morre, apesar de ser imortal na Academia Brasileira de Letras, titular da cadeira nº 3, na qual, apesar do falecido latim, me sento todas as semanas. Ao tomar posse, fiz-lhe o elogio protocolar a que todos os acadêmicos se obrigam, saudando os seus antecessores.

Sei que isso não me dá direito a abusar de uma língua que aos poucos vou esquecendo. Mas Oscar Wilde deu a um de seus melhores poemas o título de "De profundis" canônico. Juízes e advogados usam impunemente o "data venia", o "habeas corpus" o "sine die".

Os botânicos chamam um vulgar pepino de "cucumis sativus". Para a bactéria da sífilis, usa-se o terrível nome de "treponema pallidum". Em várias antologias pode-se ler o "Sub tegmine fagi", verso de Virgílio que deu título a famoso poema do nosso baiano Castro Alves.

19 MAI 2015

19 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ adia julgamento de Maurício Requião para o TCE

Divulgação



Maurício Requião ainda aguarda a decisão

Um problema de saúde do relator, desembargador Antonio Loyola Vieira, acabou adiando o julgamento, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, do mandado de segurança pelo qual o irmão do senador Roberto Requião, Maurício Requião, contra a decisão que suspendeu sua nomeação para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Maurício teve a indicação aprovada pela Assembleia Legislativa em 2008, e referendada por Requião, que na época era governador.

Em março de 2009, o relator do caso no Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminar determinando o afastamento, acatando ação segundo a qual a nomeação feria a norma que proíbe o nepotismo. Em 2010, o TJ rejeitou as alegações, mas em 2011, com base na liminar do STF, o governador Beto Richa revogou a nomeação do irmão de Requião e a Assembleia realizou nova eleição, que resultou na nomeação de Ivan Bonilha. ■

19 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça aceita denúncias contra quatro ex-deputados

André Vargas, Luiz Argôlo, Pedro e Aline Corrêa viraram réus



A Justiça Federal aceitou as denúncias contra quatro ex-deputados federais acusados de envolvimento em esquemas de corrupção investigados pela Operação Lava Jato. André Vargas, Pedro Corrêa, Aline Corrêa, e Luiz Argôlo foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) e são os primeiros ex-parlamentares réus em processos derivados da operação.

Dos quatro, apenas Aline Corrêa, que é filha de Pedro Corrêa, não está presa na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Além deles, os outros nove denunciados pelo MPF na quinta-feira (14) também tiveram as denúncias aceitas, e passam a ser réus, dentre eles o doleiro Alberto Youssef. ■

NOTA DELATA

Documento mostra que preso por fraude na Receita pagou obra em comitê de Beto Richa

Fábio Silveira
do Jornal de Londrina

Investigado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Publicano, o auditor fiscal preso Luiz Antônio de Souza pagou do próprio bolso pelas divisórias do comitê londrinense de campanha à reeleição do governador Beto Richa (PSDB). O estabelecimento ficava perto do Terminal Urbano, na região central da cidade, no ano passado.

A Operação Publicano investiga um esquema existente dentro da Receita Estadual que fa-



Fiscal fez acordo de delação.

vorecia a sonegação de impostos dos grandes devedores em troca propina. Souza assinou um acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP). Ele disse que foram arrecadados R\$ 2 milhões em propina somente pra campanha de Richa à reeleição.

Numa busca feita na prestação de contas da reeleição de Richa, a reportagem constatou que não há doação oficial de

Souza. O estabelecimento comercial também não aparece como doador ou fornecedor de campanha.

Com relação às divisórias do comitê em Londrina, o advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, relatou que o custo foi de R\$ 15 mil a R\$ 25 mil e que o material foi comprado em mais de uma loja.

O *Jornal de Londrina* e a RPC tiveram acesso a uma nota fiscal, no valor de R\$ 5.785, da empresa Gmad Complond Suplementos para Móveis, de 29 de julho do ano passado. De acordo com o documento, o local de entrega do compensado usado nas divisórias foi o comitê de Richa.

A nota está em nome de Souza e é uma comprovação do que ele disse a respeito desse episódio ao MP no acordo de delação premiada. O advogado da empresa, Vinícius Borba, confirmou a autenticidade do documento e informou que a compra foi paga parte em dinheiro e parte com cartão de débito.

PSDB nega despesa

A reportagem não localizou Vitor Hugo Dantas, que foi um dos coordenadores locais da campanha de Richa e que hoje é responsável pela Região Metropolitana de Londrina (Comel). Na sede da Comel, funcionários informaram ontem que ele estaria em uma reunião em Porecatu.

Por meio de nota, o PSDB do Paraná disse não reconhecer a despesa relatada por

Souza. “A coordenação da campanha eleitoral do PSDB não encomendou o referido material, não autorizou e nem recebeu qualquer nota fiscal referente ao alegado serviço. Todos os serviços contratados em 2014 pela coligação Todos Pelo Paraná e suas correspondentes notas fiscais foram apresentados no relatório de prestação de contas aprovado pela Justiça Eleitoral”. (FS)

LAVA JATO

Os ex-deputados federais André Vargas (sem partido), Pedro Corrêa (PP), Aline Corrêa (PP) e Luiz Argôlo (SDD) viraram réus. O Juiz federal Sérgio Moro acatou as três denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal. Além dos ex-parlamentares, outras nove pessoas também vão responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, peculato e organização criminosa.

19 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIS PRESSÃO!

Servidores
querem juntar
100 mil pessoas
em protesto
contra reajuste
de apenas 5%

Da Redação
geralredacao@tribunadoparana.com.br

As praças Santos Andrade, Rui Barbosa e Tiradentes, além das ruas que dão acesso ao Palácio Iguazu, devem ficar tomadas por servidores estaduais a partir das 9h de hoje. A expectativa do Fórum das Entidades Sindicais (FES), que reúne 14 sindicatos de funcionários públicos do estado, é que em torno

de 100 mil pessoas possam aderir ao protesto contra a política de reajuste do governo estadual, que na semana passada anunciou o índice de 5%, dividido em duas parcelas.

A manifestação deve trazer caravanas de vários municípios. A maior adesão é da APP-Sindicato, que representa os professores. Enquanto isso, o governo Beto Richa (PSDB) deve determinar nesta semana quando serão dadas as duas parcelas do reajuste.

De acordo com fontes próximas ao governo, a ideia agora é fechar nos próximos dias os estudos determinando quando seria possível conceder os dois degraus do reajuste. Para isso, estão sendo feitos cálculos de impacto financeiro do projeto. E esse anexo deve ser colocado

junto com o projeto para envio à Assembleia.

Os locais escolhidos pelos servidores são a Praça Santos Andrade (pro pessoal vindo do interior) e Praça Rui Barbosa (Curitiba, Região Metropolitana e Litoral). A partir daí, os dois grupos se encontrarão na Praça Tiradentes e de lá seguirão pro Palácio Iguazu.

GREVE GERAL

O FES orientou os sindicatos filiados a cruzar os braços nesta semana por tempo indeterminado. Antes de ser deflagrada, a greve precisa ser aprovada pelos trabalhadores de cada sindicato. Servidores da saúde, de universidades estaduais, agentes penitenciários e educadores sociais estão com assembleias marcadas pra debater o assunto.

METRO 18 MAI 2015

Tribunal invalida lei aprovada no 'tratoração'

Previdência. Desembargadores conseguem reverter taxa de 11% nas aposentadorias, aprovada por Comissão Geral. Decisão pode repercutir

Um grupo de dez desembargadores aposentados conseguiu uma liminar no TJ (Tribunal de Justiça) para que seus pagamentos não sejam descontados em 11%, como determina uma lei votada na Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado.

De acordo com a decisão do desembargador Marcos Galliano Daros, foi inconstitucional a forma como a regra foi aprovada. Já que para isso foi usado o instrumento da Comissão Geral.

Daros admite na época o regimento interno da Assembleia permitia o uso do 'tratoração', mas não para todos os casos, "(O) referido artigo não autoriza a deliberação de qualquer projeto de lei (...) mas apenas a discussão de projeto de lei de ini-

"Se a decisão vale para uns, tem que valer para todos os servidores"

GABRIEL GUY LÉGER, PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

ciativa popular e desde que presente o orador que irá defendê-lo (...) além de debates, estudos e em caso de comparecimento de Secretário de Estado", escreve.

Na decisão, ele ainda cita a opinião do doutor em Direito Constitucional pela UFPR, Paulo Ricardo Schier. Para o jurista, a Comissão Geral, que realiza todo e debate e votação em apenas um dia, "acaba subvertendo a ideia de democracia."

A liminar pode ser revertida no julgamento de mérito,

mas até lá o benefício pode ser aplicado para todos que estão sendo descontados, diz o procurador Gabriel Guy Léger, do Ministério Público de Contas. "Se a decisão vale para uns, tem que valer para todos os servidores", diz.

Tentativa de reversão

Em nota, a ParanaPrevidência diz que tentará reverter a decisão e destaca que até 2014 o Estado era o único no Brasil a não taxar os aposentados.

A cobrança está sendo feita desde abril contra cerca de 25 mil inativos. Ela atinge apenas os que ganham acima de R\$ 4,66 mil, teto do INSS.



THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA